

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Sumário Executivo

Abril, 2021

SECRETARIA-GERAL
Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Equipa de Avaliação

Coordenação

Luis Capucha

Catarina Pereira

Rui Godinho

Gestora de Contrato

Filipa Seiceira

Equipa Técnica

Ana Rita Capucha

Ana Simões

Gisela Ferreira

João Paulo Henriques

João Sebastião

Susana Martins

Teresa Seabra

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Objeto de modelo de avaliação

O presente documento corresponde ao Sumário Executivo do **Relatório Final do Estudo de Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce (AEP) e Empregabilidade dos jovens para o POCH**, enquadrado no Plano Global de Avaliação do PT2020 e no Plano de Avaliação do POCH, o qual foi adjudicado pela Secretaria-Geral da Educação e Ciência – Programa Operacional Capital Humano (SGEC-POCH) ao Consórcio IESE/ ISCTE-IUL/ PPLL Consult. O POCH tem a parcela maioritária do FSE - Fundo Social Europeu destinada ao cumprimento da globalidade dos itens previstos para o OT10 (exceção para a PI 10.iii. que respeita à intervenção na formação ao longo da vida e que se encontra, além do POCH (Eixo 3), também no PO da Competitividade e Internacionalização, no PO da Inclusão Social e Emprego e ainda nos PO Regionais).

Esta avaliação incidiu num conjunto de medidas e intervenções educativas nacionais orientadas para a promoção do sucesso educativo, para o combate ao abandono escolar precoce e para a empregabilidade jovem, e, desta maneira, na aferição do seu contributo para este efeito. Assim, o relatório responde às questões de avaliação mobilizadas (eficácia, eficiência, impactos, sustentabilidade e valor acrescentado europeu), munindo-se, para isso, de um dispositivo teórico e metodológico robusto e muito rico.

O objeto de avaliação está organizado de acordo com uma tipologia de intervenções que se estruturou a partir das Tipologias de Operação mobilizadas por vários Programas Operacionais de acordo com uma Tipologia de Operação/Programas Operacionais apresentada seguidamente na tabela 1, e ancorado em cinco questões de avaliação.

Tabela 1. Tipologias de Operação e respetivos Programas Operacionais cobertos pela Avaliação

Intervenções - tipo	Tipologias de Operação	Programas Operacionais	
Tipo 1: Oferta educativa	Nível básico	Cursos Vocacionais	POCH; POR Lisboa
		Ensino Artístico Especializado (EAE)	POCH; POR Lisboa
		Cursos de Educação Formação (CEF)	POCH; POR Lisboa; POR Algarve; POR Madeira
	Nível secundário	PROFIJ	PO RA Açores
		Cursos de Aprendizagem	POCH; PO RA Madeira
		Cursos Profissionais	POCH; POR Lisboa; PO RA Açores; O RA Madeira
Nível pós-secundário	Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	POR Norte; POR Centro; POR Alentejo; POR Lisboa; PO RA Açores; PO RA Madeira	
Tipo 2: Capacitação /Intervenções territorializadas	Programa Nacional de Promoção do Sucesso Educativo (PNPSE)	POCH; POR Algarve	
	Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE)	POR Norte; POR Centro; POR Alentejo; POR Lisboa	
	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)	POR Norte; POR Centro; POR Alentejo; POR Algarve; POR Lisboa	
Tipo 3: Intervenções Transversais	Formação contínua de professores, gestores escolares, formadores e outros agentes de educação	POCH	
	Serviços de Psicologia e Orientação	POCH	

Questões de Avaliação

QA1: Qual a eficácia das intervenções apoiadas para o aumento do sucesso escolar, a redução da taxa de abandono escolar precoce, o prosseguimento de estudos e o aumento dos níveis de empregabilidade, comparando jovens apoiados e não apoiados? (Eficácia)

QA2: Os recursos financeiros, as modalidades de financiamento e as tipologias de operação alocados às atividades financiadas foram/são adequados e suficientes para alcançar os objetivos definidos? Poder-se-ia ter alcançado mais realizações e/ou resultados com os mesmos recursos? (Eficiência)

QA3: Quais são os contributos (gerais e específicos) do PT2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens, tendo em conta os seus efeitos esperados e não esperados, diretos e indiretos, nos participantes apoiados e no contexto socioeconómico? (Impactos)

QA4: Os resultados obtidos são duráveis no tempo após o período da intervenção? (Sustentabilidade)

QA5: Qual o valor adicional resultante da aplicação do FSE no apoio às intervenções avaliadas, face ao que seria alcançado através de outras fontes de financiamento? (Valor Acrescentado Europeu)

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

De notar, que os Fundos Europeus têm vindo a desempenhar um papel determinante na evolução positiva dos resultados educativos nacionais, contribuindo para uma trajetória convergente e de aproximação aos padrões da UE, quer em matéria da qualificação da população, redução da taxa de abandono escolar precoce, quer ainda no aumento do sucesso educativo e melhoria do desempenho escolar. Alguns dos resultados são mais expressivos e céleres nuns domínios – onde destacamos o decréscimo intenso do AEP –, e outros de concretização mais gradual, muitas vezes sob dinâmicas estruturais mais difíceis de contornar, como expressado através da análise da evolução do sucesso e educativo e desempenho escolar, ou quando analisadas as dinâmicas e níveis de empregabilidade dos jovens. Sobretudo considerando a dimensão da empregabilidade, interessa esclarecer que estes fatores estruturais estão relacionados, por um lado, com a estrutura do tecido produtivo nacional, muito marcado pela presença das pequenas e médias empresas, mais suscetíveis às flutuações económicas, muitas com mão de obra pouco qualificada e, ou, com condição mais precária, e, por outro lado, relacionados com fatores mais conjeturais, ou seja em função daquela que é a situação económica mais geral do país.

Abordagem metodológica e Teoria da Mudança

A Avaliação apoiou-se numa abordagem metodológica abrangente e diversificada (multimétodo) que foi construída a partir de um enunciado teórico robusto. Entre outros, contam-se como principais procedimentos: 3 inquirições extensivas a entidades beneficiárias de algumas das medidas em avaliação (envolvendo um total de 681 respostas válidas), um exercício de análise contrafactual, a exploração de bases de dados da segurança social da educação e dos sistemas de informação do POCH e PO Regionais, entrevistas a stakeholders-chave (11 no total), um conjunto de Estudos de caso (11 no total), períodos de discussão em equipa e workshop (2) alargado às entidades de acompanhamento.

A figura 1 sintetiza o caminho metodológico seguido, destacando a Abordagem Baseada na Teoria através do recurso à **Teoria da Mudança (Tdm)** enquanto orientador conceptual da Avaliação e do aparelho metodológico que visou a recolha e o tratamento de dados.

Assim, a partir do capital teórico acumulado sobre as matérias em avaliação e, sobretudo, sobre o tipo de fatores-críticos condicionantes dos resultados da tipologia de operações em avaliação, é mostrado como as problemáticas das três dimensões centrais da Avaliação – sucesso escolar e educativo, AEP e empregabilidade – surgem relacionadas e implicadas entre si, ou seja: a retenção escolar, principal mecanismo de produção de insucesso, que é socialmente seletiva e um problema endémico do sistema, constitui, na realidade, um dos principais preditores de abandono escolar precoce que, por seu turno (e juntamente com a sobrevalorização da conclusão do ensino secundário através das vias científico-humanísticas), contribui para uma maior exposição ao desemprego, e maior probabilidade de integração pouco qualificada no mercado de trabalho. A tendência ainda muito presente de rápida absorção das baixas qualificações pelo mercado de trabalho, acompanhada de uma maior desvalorização da escolarização, ou do afastamento face ao contexto e cultura escolar, explicam a incidência do AEP em alguns grupos da população escolar, o que, por sua vez, tem vindo a contribuir para o incumprimento dos 12 anos escolaridade obrigatória, mais evidente em alguns segmentos da população estudantil, em algumas escolas e contextos pautados por maiores índices de seletividade e de insucesso escolar reiterado.

Figura 1: Abordagem Metodológica



Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

A esta ordem de fatores acrescentam-se tantos outros, como a incapacidade revelada durante muito tempo pelo sistema para lidar e responder à rápida diversificação e transformação da população escolar, cujas necessidades de aprendizagem ultrapassam largamente as lógicas tradicionalistas de ensino que ainda hoje em dia predominam no trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula, e que tendem a fomentar contextos de aprendizagem demasiado afastados da realidade e das exigências do mercado de trabalho.

O conjunto de fatores-críticos que são identificados dentro deste ecossistema complexo, é, então, influenciado e determinado por diferentes protagonistas e racionalidades, pelas dinâmicas do campo da decisão política e do policy-making educativo, e pelas dinâmicas conjunturais do emprego/desemprego. Estes fatores-críticos têm um efeito a nível sistémico e também ao nível das práticas dos agentes educativos, produzindo efeitos que conduzem ao AEP, ao insucesso escolar e, desta maneira, a sistemas de ensino menos preparados para a promoção da igualdade de oportunidades e para a sustentação da qualidade das aprendizagens. Todavia, dadas as implicações destes fenómenos, tanto para os jovens (no presente e no futuro), como para as suas famílias, para a economia e para o Estado (a retenção e o abandono são onerosos e um desperdício de meios investidos), esses fatores têm vindo a ser objeto de uma intervenção política continuada.

A partir do funcionamento lógico da TdM (figura 2) é argumentado que a cada tipo de medida em avaliação estão associados mecanismos que, uma vez acionados, permitem reduzir, ou até mesmo eliminar, a dimensão e os efeitos dos fatores-críticos, contribuindo, assim, para a manutenção dos efeitos e resultados desejáveis: mais sucesso escolar, menos AEP, promoção do emprego jovem. Nesse sentido, a cada conjunto de intervenções-tipo financiadas foi feita uma recolha e análise de evidências que cooptou o entendimento sobre as formas como cada uma (e em interação) está (ou não) a ativar os mecanismos de mudança que explicam as transformações ocorridas no contexto de partida.

A **diversificação da oferta** que constitui o principal mecanismo de ajustamento da oferta escolar à diversidade de ambições, perfis e expectativas dos alunos, passou a ser uma realidade efetiva, sendo uma medida que responde diretamente ao problema do AEP. Desta forma, associado ao Tipo 1, foi avaliada a potencialidade para a engrenagem de quatro mecanismos (M5, M6, M7, M8) geradores de processos de mudança, nomeadamente:

Mecanismos de mudança associados à intervenção -tipo: oferta educativa

- M5. Valorização da imagem da Escola e das vias vocacionais
- M6. Maior adequação da oferta às necessidades e expectativas dos jovens e famílias.
- M7. Maior conhecimento e contacto dos jovens com o mercado de trabalho.
- M8. Contínua calibragem da oferta educativa em relação às necessidades do mercado de trabalho.

O manancial de investigação desenvolvida sobre o insucesso a partir dos contextos escolares e relação com o meio e comunidade envolvente, veio dar corpo a programas promotores de sucesso escolar como o **TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária**, iniciado em meados dos anos 90, que determinou uma intervenção em territórios escolares marcados por elevados níveis de insucesso escolar, absentismo, indisciplina, e cuja população escolar se encontrava em risco de exclusão social. Apesar de o programa ter uma lógica mais preventiva nos dias de hoje, conserva boa parte da sua filosofia de funcionamento. A este programa juntam-se outros dois mais recentes, com uma forte componente territorializada: por um lado, o **PIICIE - Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso e ao Abandono Escolar**, que é entre todos aquele que melhor responde aos desafios da descentralização de competências, uma vez que envolve diretamente os municípios e as comunidades intermunicipais no trabalho escolar e nos processos educativos; por outro lado, o **PNPSE - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Educativo** é um programa que incide diretamente no espaço escolar, partindo daqueles que são os recursos de origem das escolas e da capacitação dos agentes escolares para melhor capitalização e aplicação dos mesmos.

Para além do reforço da intervenção de um parceiro educativo tão determinante como os municípios, uma grande parte das ações destes programas assenta na inovação e transformação dos modelos pedagógicos e processos de organização das escolas, e assim, para uma pedagogia orientada para aquelas que são as necessidades dos alunos. Em teoria, o processo bottom-up na definição das medidas tomadas, bem como a alteração das práticas educativas, promove a solução, ou pelo menos a atenuação, de vários problemas identificados neste âmbito, de modo muito próximo da realidade. Deve referir-se que, ao diminuir a retenção escolar, o principal preditor de AEP, estas medidas têm um efeito direto no sucesso escolar e na qualidade da educação e indireto, mas muito importante, na redução do AEP.

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Desta forma, foi averiguado se a implementação dos programas com racionais lógicos inspirados em políticas de territorialização e capacitação dos atores (modelo de execução) estariam a ser capazes promover os seguintes mecanismos geradores de mudança:

Mecanismos de mudança associados às intervenções-tipo: capacitação /Intervenções territorializadas

- M1. Criados modelos de governação multinível que responsabilizam e envolvem os agentes do território.
- M2. Criados planos de ação estratégicos integrados (bottom up) dirigidos à prevenção e combate ao insucesso.
- M3. RH preparados para diversificar /inovar estratégias e abordagens pedagógicas e curriculares.
- M4. Criadas estratégias de proximidade à comunidade e famílias.

A diversificação das vias, sobretudo apostando em cursos de dupla-certificação (que se expandiram fortemente pela rede pública), trouxe novos desafios para o papel dos SPO que, entre outras coisas, deve contribuir para uma orientação profissional informada e adaptada às aspirações e capacidades dos alunos. Foi a este propósito avaliado se a implementação dos apoios para o reforço desta medida (modelo de execução) contribuiu para a produção dos mecanismos (M9 e M10) impulsionadores de mudanças neste âmbito, mas também tendo em consideração o plano do reforço do apoio psicopedagógico aos alunos, com efeitos visíveis na promoção do sucesso escolar.

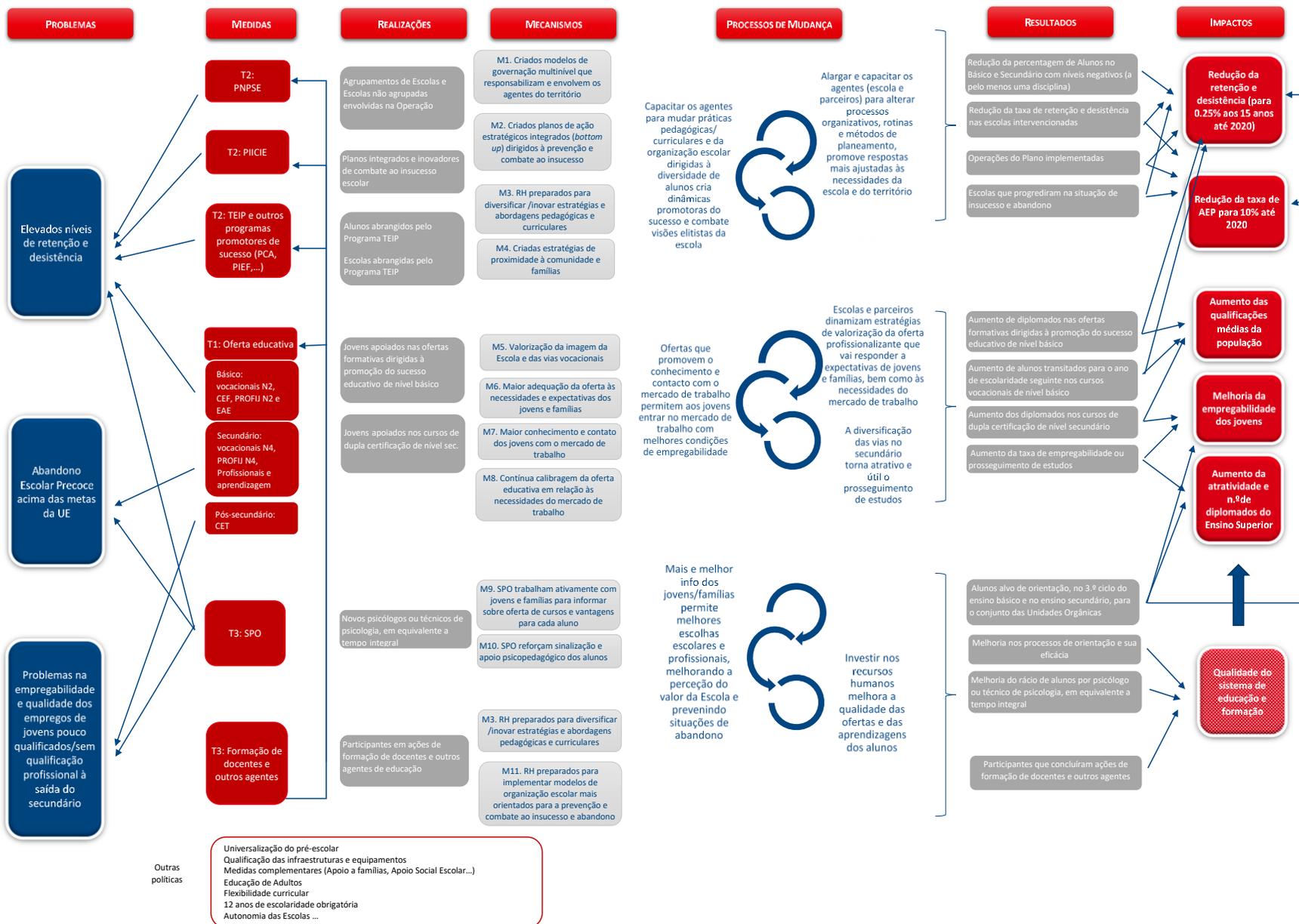
Dentro da tipologia de intervenção 3 está também incluída a **Formação contínua de Professores** e outros agentes educativos, cuja importância é revelada no quadro de profundas alterações das práticas de ensino/aprendizagem. Todas as medidas propostas implicam mudanças, requerendo novas competências e novas atitudes, e a formação/capacitação é uma das vias para a concretização das mesmas. Assim, testaram-se os apoios dirigidos a esta medida (modelo de execução) e a capacidade dos mesmos para influenciar os mecanismos (M3 e M11) impulsionadores de processos de mudança.

Mecanismos de mudança associados às intervenção -tipo: Transversais - SPO e Formação Contínua

- M9. SPO trabalham ativamente com jovens e famílias para informar sobre oferta de cursos e vantagens para cada aluno
- M10. SPO reforçam sinalização e apoio psicopedagógico dos alunos
- M3. RH preparados para diversificar /inovar estratégias e abordagens pedagógicas e curriculares.
- M11. RH preparados para implementar modelos de organização escolar mais orientados para a prevenção e combate ao insucesso e abandono

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Figura 2 Esquema lógico da Teoria da Mudança



Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Análise de dados Contrafactual

A avaliação **dos impactos da participação num curso profissional (CP)** foi ensaiada através de uma análise sincrónica, de carácter quase-experimental, comparando a situação dos beneficiários do ensino profissional (grupo tratado) e não beneficiários (grupo de controlo ou não tratado), recorrendo-se a um exercício de **Avaliação de Impacto Contrafactual (AIC)**, através do método de *Coarsened Exact Matching*. De acordo com as autoridades do FSE “estas avaliações procuram evidenciar se as intervenções melhoram efetivamente a situação dos participantes no programa”, ou seja, dão “conta do efeito líquido” e/ou do impacto de uma intervenção (Comissão Europeia, 2013).

O exercício foi realizado para o conjunto de alunos das regiões Norte, Centro e Alentejo, agregando as coortes de 2014/15, 2015/16 e 2016/17. A coorte corresponde ao 10º ano curricular, primeiro ano do tratamento, que corresponde ao percurso no ensino secundário. O período do tratamento considerado foi de três anos, referentes ao 10º, 11º e 12º anos curriculares, a que correspondem os momentos t, t+1, e t+2, respetivamente (cada momento é um ano).

Adicionalmente, o grupo-alvo caracteriza-se pelos alunos que: a) no 9º ano do ensino básico, e em todo o percurso do ensino secundário, frequentaram um estabelecimento de ensino em Portugal; b) no 9º ano do ensino básico frequentaram a modalidade de ensino regular; c) no 9º ano do ensino básico frequentaram o ensino público; d) iniciaram o 10º ano curricular pela primeira vez em t e nesse momento tinham idade compreendida entre os 14 e os 18 anos; e) sem restrições de nacionalidade; f) nascidos em Portugal ou fora do país, pelo que inclui nativos e imigrantes de 1ª e de 2ª geração.

Para caracterizar os fatores que influenciam o desempenho escolar e o desempenho no mercado de trabalho, a seleção das variáveis de controlo considerou cinco dimensões: a) perfil sociográfico do aluno; b) contexto familiar e condições materiais de existência; c) percurso e contexto escolar anteriores; d) caracterização do desempenho escolar anterior à entrada no nível secundário; e e) contexto geral durante o tratamento (coorte e região).

As variáveis de resultado mobilizadas para o tratamento do desempenho académico foram as seguintes: percentagem de alunos que transitaram do 10º/1º ano do secundário para o 11º /2º ano do secundário, em t; percentagem de alunos que transitaram do 11º/2º ano do secundário para o 12º/3º ano do secundário, em t+1; percentagem de alunos que concluíram o 12º/3º ano do secundário em t+2; matrícula no ensino superior em t+3.

O desempenho no mercado de trabalho foi analisado para o conjunto de alunos que completaram o ensino secundário, distinguindo-se os alunos que não prosseguiram estudos no ensino superior, mas que entraram no mercado de trabalho (trabalhadores), daqueles que acumulam estudos com trabalho (trabalhadores-estudantes). Foram usadas as seguintes variáveis de resultado, calculadas a partir dos dados provenientes da base do IISS: % de indivíduos que encontrou trabalho até 6 a 9 meses após completar o ensino secundário, ou seja, têm pelo menos um registo de remunerações durante esse período (entre julho do ano civil que terminou o ensino secundário e março do ano seguinte); % de indivíduos cujo primeiro registo de trabalho em t+3 (15 meses, julho a setembro), é em tempo completo; % de indivíduos cujo primeiro registo de trabalho em t+3 (15 meses, julho a setembro), é sem termo; nº médio de meses com registo, para os indivíduos que têm pelo menos um registo em t+3 (12 meses, outubro a setembro); nº médio de meses com 30 dias de registo, para os indivíduos que têm pelo menos um registo em t+3 (12 meses, outubro a setembro); nº total de dias trabalhados, para os indivíduos que têm pelo menos um registo em t+3 (12 meses, outubro a setembro); remuneração média diária, para os indivíduos que têm pelo menos um registo em t+3 (12 meses, outubro a setembro).

Na fase de tratamento dos dados foram validados pouco mais de 31 mil casos de alunos dos cursos profissionais pertencentes ao grupo-alvo. Após emparelhamento desses casos com alunos do grupo de controlo, e por intermédio de uma análise de sensibilidade, constata-se que o grupo final de alunos dos cursos profissionais em estudo representa cerca de um terço do total dos alunos financiados pelo POCH nesse período, e cerca de 30% do total de alunos dos cursos profissionais.

Resultados/Conclusões da Avaliação

Eficácia das intervenções apoiadas para o aumento do sucesso escolar, a redução da taxa de abandono escolar precoce, o prosseguimento de estudos e o aumento dos níveis de empregabilidade, comparando jovens apoiados e não apoiados.

- A análise contrafactual visou uma comparação entre os resultados ao nível do sucesso e abandono escolar, da empregabilidade e do prosseguimento de estudos após o ensino secundário, entre os diplomados de cursos profissionais financiados e os diplomados dos cursos científico humanísticos.

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

- Permitiu concluir que existe um efeito líquido da frequência do curso profissional para uma melhoria do sucesso escolar. Num segmento específico de alunos dos CP beneficiários do financiamento do POCH, a estimativa do impacto global da frequência desses cursos apresenta-se positiva quanto à transição dos anos curriculares do 10º (por cada 100 alunos, 74 dos CCH e 99 dos CP transitam) e 11º ano (por cada 100 alunos, 67 dos CCH e 98 dos CP transitam) e à conclusão do 12º ano (por cada 100 alunos, 45 dos CCH e 87 dos CP completam o ensino).
- Inversamente, os resultados sugerem um impacto global médio relativo à matrícula no ensino superior em sentido negativo, o que não deixa também de estar relacionado com a orientação prevalecente nestes cursos para uma inserção imediata no mercado de trabalho
- O efeito líquido da frequência do CP é igualmente forte em vários subgrupos analisados, observando-se um maior equilíbrio dos resultados de desempenho académico entre o grupo de alunos dos CP financiados pelo POCH, por comparação com o grupo de alunos dos CCH.
- Outros resultados apontam para a eficácia destas ofertas na redução das desigualdades sociais, uma vez que a análise realizada por subgrupos mostra que determinados segmentos de alunos mais expostos ao insucesso escolar e AEP, beneficiam da frequência num curso profissional, aumentando as probabilidades de atingir sucesso escolar.
- Quer isto dizer, que os CP nivelam mais o desempenho escolar no ensino secundário do que os CCH, independentemente do contexto escolar do ensino básico que marcou o trajeto anterior.
- Em termos médios globais, o impacto da frequência de um curso profissional na inserção no mercado de trabalho e no percurso laboral até ao máximo de 15 meses após conclusão do ensino secundário, é positivo. Em todo o caso, as especificidades do impacto diferem consoante se analise o conjunto de alunos que após concluir o ensino secundário é apenas trabalhador, ou o conjunto de alunos que é trabalhador-estudante (no ensino superior).
- De se notar que considerando a variável “género”, o estudo mostra um alinhamento com algumas tendências verificadas ao nível da desigualdade no mercado de trabalho, mostrando, assim, o peso do efeito estrutural destas dinâmicas entre homens e mulheres. Por um lado, os CP têm um impacto positivo nos resultados nos dois grupos, embora tenda a ser maior nos homens quando envolvido o percurso laboral (nº de meses e de dias de trabalho e remuneração média diária); isto contribui para o aumento de algumas das desigualdades já muito presentes no conjunto dos CCH. Por outro lado, esse efeito é atenuado quando as variáveis consideram a entrada imediata no mercado de trabalho (encontrar trabalho até 6 a 9 meses após concluir o 12º ano, e vínculo a tempo completo), ou seja, sendo menos visível a desigualdade entre homens e mulheres.

Eficiência: Adequação e capacidade dos recursos financeiros, das modalidades de financiamento e das tipologias de operação para alcançar os objetivos definidos.

- A análise do perfil de apoios concedidos permite constatar que estes estão sobretudo concentrados no Tipo 1-oferta educativa, onde se destacam os cursos profissionais (Tipo 1 absorve 90% da dotação FSE das PI abrangidas na Avaliação e os cursos profissionais 63% dessa dotação ¹). Os cursos profissionais, conjugados com outras modalidades dirigidas a públicos/necessidades mais específicas, têm permitido uma diversificação e qualificação da oferta, que ao longo da Avaliação, tem sido apresentado como um dos aspetos determinantes para redução do AEP e para a promoção do sucesso educativo.
- Os apoios integrados nos restantes tipos (classificadas, no quadro da Avaliação, de Tipo 2 e Tipo 3), revelam igualmente níveis de eficácia elevados, justificando os níveis de financiamento e a sua adequação.
- No caso das ofertas educativas de natureza profissionalizante, as análises efetuadas mostram ainda que estas tendem a ter um custo por aluno mais reduzido (custo por aluno matriculado nas ofertas profissionalizantes é de 300,7 € enquanto o custo por aluno de outras ofertas de 2 e 3º ciclo do ensino básico e secundário é de 479,2€), permitindo assim, não só aumentar os níveis de conclusão, como ainda diminuir os custos associados à retenção escolar, o que se traduz em melhores níveis de eficiência.
- Tendo em consideração a dinâmica de aprovação e execução financeira e os níveis de realização e resultado identificados, os recursos disponíveis, de uma forma geral, afiguram-se adequados para assegurar a ambição dos resultados definidos.
- Suportado pelo leque de evidências recolhidas, nomeadamente considerando as entrevistas e estudos de caso conduzidos, considera-se que a redução do financiamento FEEI, ou sua ausência, colocaria em sério risco os resultados alcançados em matéria de promoção da redução do abandono escolar e melhoria do sucesso educativo;

¹ De acordo com valores constantes nos Documentos de programação dos PO, reprogramação de 2018.

Assim, a Avaliação conclui que os resultados e impactos alcançados justificam os recursos financeiros dos FEEI mobilizados.

Impacto: Contributos (gerais e específicos) do PT2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens.

Oferta Educativa (Tipo 1)

- Os CP são a principal resposta de acolhimento dos alunos com trajetos escolares marcados pela retenção escolar e insucesso escolar.
- Constitui também uma saída para alunos que chegam de percursos nas modalidades alternativas do ensino básico.
- Pelo seu valor como opção educativa, nomeadamente por permitir simultaneamente a conclusão do secundário e a obtenção de uma qualificação profissional reconhecida no mercado, os cursos profissionais e do sistema de aprendizagem são o fator explicativo principal da redução do abandono escolar precoce.
- Há encadeamento de efeitos, que explica a redução do abandono escolar, por via da redução da retenção, e posterior redução do abandono escolar precoce (isto é, sem conclusão do secundário), gerada em certa medida pela diversificação das modalidades de educação neste nível educativo.
- O exercício do Contrafactual vem confirmar o efeito e impacto positivo dos CP na promoção do sucesso escolar, mas também no respeitante à dimensão da empregabilidade.
- Os CP permitem que estudantes oriundos de famílias com menos recursos e com outros atributos preditores de insucesso (por exemplo, não possuidores de equipamento informático, menos escolarizados, imigrantes, mais velhos, do sexo masculino, que geralmente apresentam piores resultados escolares) consigam, afinal, cumprir o objetivo da escolaridade obrigatória.
- As evidências recolhidas dão conta, de uma forma genérica, de bons resultados, pelo que são identificadas várias ações que enquadram o volume dos mecanismos associados a esta medida (em particular M6 e M7).
- Contudo, os resultados sugerem algumas fragilidades nas questões que envolvem a valorização da escola e das ofertas, apesar do registo de várias ações que tentam contrariar esta tendência; e nas questões da calibragem da oferta educativa em resposta às necessidades mercado de trabalho, muito por conta do modelo de governação dos cursos profissionais que deixa pouca margem para uma intervenção local em rede, envolvendo escolas, Centros de formação, autarquias e empresas, de modo a responder às diversas necessidades, nomeadamente de conclusão do secundário por parte dos jovens e de alimentação do mercado de trabalho com as qualificações necessárias no presente e no futuro.

Capacitação /Intervenções territorializadas (Tipo 2) – TEIP/PNPSE/PIICIE

- Os programas em evidência na avaliação têm contribuído para melhores resultados educativos e melhores desempenhos nas escolas onde operam. Globalmente, considera-se que têm tido um impacto relevante na reversão do insucesso escolar e retração do abandono escolar precoce (ver Tabela 2, Medidas TEIP, PNPSE e PIICIE).
- Neste ponto, o programa TEIP destaca-se claramente pelo papel fundamental que tem desempenhado nos últimos de anos no combate ao insucesso escolar, sendo atualmente considerado um dos principais fatores explicativos da reversão observada nas taxas de insucesso escolar nacionais e, conseqüentemente, no combate ao abandono e absentismo escolar.
- Pela natureza bottom-up e pelo facto de procurarem estar mais bem ajustadas aos territórios e aos seus públicos escolares, estas medidas têm, sobretudo, introduzido um conjunto de recursos e ferramentas nas escolas que têm desencadeado importantes mudanças nas práticas dos docentes e nas ações escolares de uma forma geral.
- Neste ponto, o PNPSE funciona a partir daqueles que são os recursos de origem das escolas, investindo na capacitação dos agentes escolares e fomentando contextos de ensino/aprendizagem mais inovadores e flexíveis. Em todo o caso, até ao final de 2018, as escolas da rede PNPSE beneficiaram de uma alocação acrescida de recursos com o apoio do POCH, fundamentalmente humanos, para a implementação dos seus planos.
- Os PIICIE representam um passo relevante no processo de descentralização da política educativa, possibilitando e mediando a própria intervenção das autarquias no sistema escolar. Representam essencialmente um importante contributo no reforço de recursos para as escolas, mas também na diversificação do tipo de intervenção educativa, uma vez que muitas das ações acontecem fora da sala de aula e fora da escola, envolvendo outros atores educativos.
- Comparativamente com o PNPSE e TEIP, os PIICIE revelam, no entanto, maior dispersão ao nível das intervenções propostas.

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

- A avaliação mostrou ainda que estes programas funcionam de forma muito próxima, sendo recorrente encontrar pontes de ligação entre os mesmos, sobretudo entre os PIICIE e o PNPSE.
- Na globalidade, a apreciação avaliativa permite concluir que a maioria dos mecanismos considerados, são acionados, com resultados vistos nos indicadores gerais de sucesso escolar. Não obstante, maiores fragilidades são por exemplo vistas no respeitante aos mecanismos que deviam potenciar o maior envolvimento das famílias e da comunidade nas atividades escolares e na vida educativa dos alunos.

Intervenções Transversais (Tipo 3) - SPO e Formação Docente

- Os SPO são um importante recurso das escolas no âmbito das estratégias de combate ao insucesso escolar e abandono, particularmente considerando os ciclos do ensino básico.
- Têm uma capacidade para promover uma dinâmica informada sobre os aspetos concernentes à transição para a vida ativa, sobre profissões e oportunidades de prossecução de estudos.
- As evidências recolhidas apontam para um trabalho no acompanhamento psicopedagógico dos alunos, em particular por intermédio de ações preventivas implementadas ao nível do ensino básico.
- No respeitante à orientação vocacional, e aspetos referentes à empregabilidade e prosseguimento de estudos, são menos evidentes os efeitos dos SPO. Isto deve-se sobretudo ao facto das atividades de orientação vocacional não terem o alcance desejável junto do público-alvo, nomeadamente junto dos jovens que optam pelas vias profissionalizantes (apesar do aumento do número de técnicos afetos às escolas).
- Em parte, o problema é sistémico, verificando-se: que a própria estratégia nacional que visa a concretização desta orientação está pouco calibrada e adaptada a um sistema escolar cada vez mais diversificado nas ofertas e na população estudantil; que em muitos contextos o ratio alunos/psicólogo não permite o desenvolvimento de um trabalho adequado; ou ainda, que a concorrência entre estabelecimentos escolares face às ofertas, não permite criar uma verdadeira rede de ofertas que contribua para dinâmicas de orientação escolar robustas e ajustadas.
- Ao nível da Formação Contínua Docente as evidências apontam, de uma maneira geral, para contributos visíveis na melhoria dos resultados educativos. Sobretudo considerando os contextos de sala de aula, através do fomento de estratégias pedagógicas e curriculares mais adequadas, ou ainda de práticas de trabalho colaborativo.
- Os maiores constrangimentos chegam muitas vezes na fase posterior à formação, sendo reportadas várias lacunas nas escolas (em termos de recursos, equipamentos e projetos educativos) que impossibilitam que os docentes apliquem o volume de conhecimentos e competências adquiridos.
- De se notar, o papel relevante da Formação Docente no âmbito da edificação do PNPSE e sua implementação nas escolas do país.

Impacto: Sustentabilidade dos resultados após o período da intervenção

- O contributo das medidas em avaliação foi determinante em dois planos distintos: o das qualificações escolares e profissionais no mercado de trabalho e na sociedade, e o da melhoria global do desempenho do sistema de ensino, aferido nos indicadores de melhoria do sucesso educativo dos alunos, da elevação dos níveis de qualificação, da redução acentuada do Abandono Escolar Precoce e da transição para o mercado de trabalho.
- Assim, um número cada vez maior de jovens conclui todos os anos o ensino secundário, e uma grande fatia fá-lo através das vias que conferem uma dupla-certificação. O domínio das qualificações, mas também das ações de formação, estando incorporado nas pessoas, persiste no tempo, contribuindo para resultados que afetam positivamente a estrutura socioeconómica e cultural da sociedade.
- As políticas cofinanciadas estão relacionadas entre si, e operam num quadro sinérgico junto de outras medidas de política não cofinanciadas; têm por isso um carácter sistémico, e a falha numa medida poderá determinar perdas mais ou menos relevantes na eficácia de outras.
- Apesar de algumas das medidas apresentarem dispositivos de sustentabilidade razoáveis, vistos sobretudo através dos efeitos produzidos pelos indicadores de resultado – como acontece com a oferta educativa, ou com as medidas de capacitação do PNPSE - conclui-se que a manutenção das políticas suportadas pelos FEEI, que incluem medidas de política “regulares” do sistema de ensino, não teriam sido possíveis, ou seriam residuais, na ausência de cofinanciamento.
- O perfil de resultados alcançados tenderá a manter-se, dada a centralidade que as medidas ocupam no sistema e o contributo que dão para o seu desempenho. Essa centralidade justifica a necessidade da continuidade dos financiamentos.
- Os efeitos positivos do PT2020 vão continuar a manifestar-se por via do aumento da escolaridade, do alargamento dos conhecimentos, das competências e das qualificações, beneficiando-se de um sistema com maior qualidade e mais equitativo, que oferece mais oportunidades de sucesso escolar e de integração qualificada no mercado de

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

trabalho; as famílias podem ver na escolarização um futuro para as suas crianças e jovens; ao nível das escolas, destaca-se a inovação pedagógica, a diversificação da oferta, novos conteúdos curriculares, a capacitação dos professores com implicações de longo prazo, abertura ao meio, etc.; o mercado de trabalho passa a contar com trabalhadores mais qualificados à entrada, e mais preparados para a aprendizagem ao longo da vida e a adaptação à mudança; e ao nível do sistema educativo, a preparação para uma intervenção mais aprofundada das autarquias e com a imagem e a credibilidade acrescidas por causa dos melhores resultados globais.

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Tabela 2. Resultados ilustrativos e impactos das medidas em avaliação

Medida	Execução	Mecanismos com confirmação integral	Mecanismos com confirmação parcial	Resultados ilustrativos	Impacto no Sucesso escolar	Impacto no AEP	Impacto no emprego jovem
Programa TEIP	121 escolas	M1 M2 M3	M4	<p>Dados Avaliação TEIP 2012-18: Período 2014/15-2017/18</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Taxas de retenção 1º ciclo: -3,2 p.p. ✓ Taxas de retenção 2º ciclo: -5,1 p.p. ✓ Taxas de retenção 3º ciclo: -4,2 p.p. ✓ Taxas de abandono e absentismo 3º ciclo na ordem de 2% a 5% ✓ Taxas de retenção Secundário CCH: -3,2 p.p. ✓ Taxas de retenção Secundário CP: -2,5 p.p. ✓ Taxas de abandono e absentismo secundário na ordem de 2% ✓ Menos 55% de retenção no ensino secundário, considerando o período 2012-2018 ✓ Menos 46% de retenção escolar no 3º ciclo, considerando o período 2012-2018. ✓ 89% de alunos com positiva a português e 78% a matemática no 6º ano (2017/18); ✓ 87% de alunos com positiva a português e 62% a matemática no 9º ano (2017/18); ✓ 91% de alunos com positiva a português e 82% a matemática no 12º ano (2017/18); 	+++	+++	+
PNPSE	513 escolas	M1 M2 M3	M4	<p>Dados da estrutura da missão:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ - 16% na % de alunos com pelo menos uma negativa ✓ - 29% de retenção escolar no Ensino Básico (2016-18) ✓ 70 mil docentes envolvidos em formação (2016-18) <p>Dados POCH:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução da taxa de alunos do 1º, 2º, 3º ciclo e secundários com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos, proposto para aprovação: Norte 9,20%; Centro 7,3%; Alentejo 6,3% ✓ Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos, proposto para aprovação: Norte 27,0%; Centro 20,2%; Alentejo 18,7% 	+++	++	+

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Medida	Execução	Mecanismos com confirmação integral	Mecanismos com confirmação parcial	Resultados ilustrativos	Impacto no Sucesso escolar	Impacto no AEP	Impacto no emprego jovem
PIICIE	206 operações	M1 M2 M3	M4	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mais de 80% das ações visavam a melhoria dos resultados escolares no ensino básico ✓ Mais de 80% permitiu a criação de equipas multidisciplinares que dão resposta multinível Entre 70% a 80% de ações com vista o apoio a diversificação de estratégias/ambientes de aprendizagem e atividades de enriquecimento curricular; + iniciativas de promoção do envolvimento das famílias e/ou formação parental	+++	++	+
Oferta Educativa	37.529 alunos no ensino básico 220.912 alunos no ensino secundário	M6 M7	M5 M8	Dados contrafactual: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Em 100 alunos, 87 dos CP e 45 dos CCH completam o ensino secundário; ✓ Em média, o sucesso nos CP está menos associado variados antecedentes contextuais escolares; ✓ Em 100 alunos 54 dos CP e 36 dos CCH encontram o primeiro trabalho entre 6 a 9 meses Dados POCH: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 77% de diplomados nas ofertas formativas de nível básico em 2018 ✓ 85% de alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos de nível ISCED 2 em 2017; ✓ 69% de diplomados nos cursos de nível secundário em 2018 ✓ 72% dos alunos que concluíram com sucesso a oferta Cursos Profissionais ✓ encontram-se empregados ou em prosseguimento de estudos, 6 meses após essa conclusão 	+++	+++	++
Formação docente	61.081 docentes	M11 M3		97% docentes concluíram a formação	++	++	+
SPO	467 psicólogos	M10	M9	1005 alunos por psicólogo	++	++	++

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Valor acrescentado europeu (VAE) resultante da aplicação do FSE.

- A avaliação do valor acrescentado do apoio dos FEEL envolveu a identificação das principais dimensões de efeito (volume, âmbito, função e processo), recolhendo evidências para determinar até que ponto as operações FEEL produziram efeitos que de outra maneira não teriam ocorrido. Conclui-se que, através da ampliação do perfil de intervenções financiadas, foi gerado valor acrescentado em todas as dimensões abarcadas.
- Registaram-se importantes investimentos que originaram efeitos de volume em termos da participação de grupos-alvo (professores e alunos), número de ações, e alargamento do âmbito geográfico e da escala de implementação de programas-chave, como o PNPSE e os PIICIE.
- O investimento do PT2020 permitiu uma maior concentração de medidas dirigidas para os anos iniciais do ensino básico, atuando preventivamente e ativamente na atenuação das taxas de retenção e do insucesso escolar.
- São registados importantes efeitos de função, quer no apoio à transferência de ideias, à introdução de inovações e reformas estruturais, tais como o desenvolvimento de estratégias educativas locais ou regionais, ou a implementação de novas abordagens e estratégias educativas a nível nacional. Foram também encontradas evidências de efeitos de função de processos de inovação nas práticas educativas e criação de respostas descentralizadas que originaram resultados no sucesso educativo (e nas taxas de retenção e abandono).
- O financiamento do PT2020 conduziu a mudanças estruturais, incluindo: o desenvolvimento de estratégias educativas locais e regionais, a implementação de novas abordagens e estratégias educativas a nível nacional e a uma maior valorização do papel chave da partilha de boas práticas e teste de modelos de ação que podem vir a constituir *mainstreaming* de atividades e práticas.
- Por último, nos efeitos de processo conta-se, num primeiro nível, a mudança institucional e administrativa e os novos modelos de governança territorial criados. Tais efeitos incluem o processo de descentralização a partir da implementação do PIICIE e das estratégias de aproximação entre os agentes educativos e as comunidades educativas dos diversos territórios. Num segundo nível, os FEEL induziram o desenvolvimento de novas ferramentas e processos de gestão e monitorização dos projetos. Neste âmbito, o apoio dos FEEL conduz a melhorias sustentáveis na eficácia e eficiência da implementação das operações realizadas, por via da lógica (e exigência) de orientação para resultados, e pela necessidade sentida de um maior nível de práticas de monitorização estratégica, avaliação e demonstração de resultados dos diversos projetos escolares (sobretudo aqueles ao abrigo dos PIICIE e PNPSE).

Recomendações da Avaliação, formas de operacionalização e principais responsáveis pela implementação

Recomendação 1. Aposta na continuidade do financiamento à diversificação das ofertas formativas, sobretudo as profissionalizantes

Operacionalização:

- Necessidade de reforçar medidas que induzam mudança no *mindset* sobre ofertas profissionalizantes. Estas ocorrem por via da desvalorização social da imagem e por representações sociais negativas, na comunidade em geral, mas sobretudo entre os próprios estudantes (ver REC operacional 8). Foram observadas evidências representativas destes fatores durante o processo de avaliação.
- Melhoria do processo de ajustamento das ofertas às necessidades do mercado de trabalho e à procura dos alunos, através da operacionalização célere do processo de antecipação das necessidades de qualificações nos diversos setores e territórios (SANQ – ANQEP), nomeadamente através de atualizações rápidas dos primeiros estudos antes do início da preparação dos anos letivos, bem como a realização de estudos de aprofundamento regional para um melhor planeamento da oferta educativa/formativa à escala intermunicipal. De qualquer modo, considera-se que este processo não pode jogar em desfavor de situações em que a autorização de abertura de cursos profissionais se justifique mais por razões de combate ao abandono do que de resposta às necessidades do mercado de trabalho. Isto é, caso uma escola ou agrupamento de escolas precise de abrir um curso por razões ligadas à conclusão do secundário por parte de um grupo de jovens para os quais esse curso é a solução mais ajustada, tal não deve ser impedido apenas por razões de descoincidência em relação à relevância desse curso do ponto de vista do mercado de trabalho. Nem dispensa um trabalho mais micro, em rede, e mais frequente, através da implicação dos parceiros educativos (escolas, centros de formação, autarquias, associações e empresas) no acompanhamento e planeamento da oferta. A escala das CIM é adequada para o planeamento, permitindo planear a rede de oferta de forma eficiente, mas não dispensa um trabalho de nível concelhio, ou mais desagregado, não apenas ao nível do plano, mas também da avaliação dos resultados e dos contributos dos diversos parceiros.
- Equacionar a criação de estrutura externa à escola (mesmo relevando a função SPO interna das escolas) que realize sessões e atividades com os estudantes, tendo em vista a sua orientação vocacional, por exemplo, de âmbito municipal.

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Recomendação 1. Aposta na continuidade do financiamento à diversificação das ofertas formativas, sobretudo as profissionalizantes	
<ul style="list-style-type: none"> • Alargar apoios (mesmo que apenas nacionais) à totalidade dos territórios educativos, incluindo nos territórios não elegíveis para financiamento europeu, que demonstrem níveis elevados de desatualização dos equipamentos para os CP, menores níveis de inovação pedagógica, ausência de planeamento articulado multinível, entre outras características. • Revisão do vínculo e estatuto profissional dos docentes das ofertas profissionalizantes (reconhecidos como formadores e não professores pelo sistema). • Realização de Estudo(s) aprofundado(s) sobre a empregabilidade dos diplomados das ofertas profissionalizantes, incluindo dimensões como a qualidade do emprego e o matching entre as áreas de formação e o perfil de atividades desempenhado no percurso profissional. 	
Responsáveis pela Operacionalização:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Autoridades de Gestão do PO Temático e Regionais ✓ Ministério da Educação ✓ ANQEP 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Direção Regional de Educação da Madeira ✓ Direção Regional de Educação dos Açores
Recomendação 2. Apostar na continuidade do financiamento e das intervenções com expressão e desenho de base territorial.	
Operacionalização:	
<ul style="list-style-type: none"> • Alargar o ciclo de vida dos projetos educativos cofinanciados, nomeadamente as intervenções de base territorial (no caso do PICIE, 3 anos de projeto são considerados escassos para a produção e consolidação de resultados, num quadro em que a intermitência desfavorece a eficiência educativa). • Orientação para iniciativas mais estruturantes do ponto de vista da ligação às necessidades permanente dos territórios, de modo a contrariar as assimetrias territoriais ainda existentes na execução; • Reforçar sinergias das ações dos PIICIE com a ação e recursos das Escolas /Agrupamentos Escolares; • Estreitar a convergência dos PIICIE com o PNPSE e outras medidas de apoio (ação social, formação de docentes e outros agentes, apoio a equipamentos, ...) • Acesso a consultoria no que respeita a fontes de financiamento, para poder dar continuidade a ações/atividades implementadas no PIICIE • Avaliação externa ou de monitorização “externa” dos projetos em curso do programa PIICIE e do PNPSE, no sentido de se perceberem quais as reestruturações necessárias, bem como as prioridades de execução e a distribuição de recursos. 	
Responsáveis pela Operacionalização:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Autoridades de Gestão do PO Temático e Regionais ✓ Ministério da Educação ✓ CCDR Norte, Centro, LVT, Alentejo, Algarve 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Direção Regional de Educação da Madeira ✓ Direção Regional de Educação dos Açores
Recomendação 3. Proceder à revisão do Programa TEIP, em articulação com o PNPSE.	
Operacionalização:	
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um estudo das características dos Agrupamentos e das escolas do Continente, de modo a gerar um debate e a determinar critérios de elegibilidade para o Programa TEIP a partir da composição social das turmas. O estudo deve visar uma melhor focalização dos objetivos do TEIP e uma distribuição mais justa dos recursos entre Agrupamentos com iguais condições de contexto. • Criação de mecanismos de contratualização dos resultados dos TEIP, tendo por referência as necessidades das escolas (individualmente consideradas) e não dos agrupamentos como um todo. • Assegurar que os TEIP têm uma lógica de intervenção escolar no território e dos agentes do território nas escolas. 	
Responsáveis pela Operacionalização:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ ME – Ministério da Educação 	
Recomendação 4. Exploração e mainstreaming de atividades e práticas dirigidas à prevenção e combate ao insucesso escolar.	
Operacionalização:	
<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a estrutura de Equipa multidisciplinar e assegurar a continuidade das equipas multidisciplinares já criadas para intervir nos fatores de risco e responder às necessidades dos alunos, de modo a modelizar e disseminar boas práticas. • Incentivar Planos de ação estratégicos integrados (bottom up) em todo o território nacional (incluindo os territórios não abrangidos pelo financiamento europeu). • Práticas de experimentação e transferência de ações/projetos ensaiados anteriormente e com resultados comprovados • Promoção de seminários e workshops com vista à partilha de projetos e respetivos resultados, sobretudo a divulgação de novos recursos e práticas pedagógicas 	
Responsáveis pela Operacionalização:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério da Educação ✓ Estrutura de Missão do PNPSE ✓ Direção Regional de Educação da Madeira ✓ Direção Regional de Educação dos Açores 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério da Educação ✓ CCDR Norte, Centro, LVT, Alentejo, Algarve ✓ CIM/Autarquias

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Recomendação 5. Reforço e alargamento do investimento do Plano para a Transição Digital para resposta às necessidades de incorporação das ferramentas digitais nos processos de ensino

Operacionalização:

- Continuidade e reforço dos projetos de apetrechamento tecnológico nas Escolas e dos alunos
- Apoio aos alunos e famílias carenciadas para o acesso a equipamentos e rede WiFi
- Formação de docentes para a utilização dos recursos tecnológicos e de práticas didáticas inovadoras
- Planos para a formação e sensibilização dos pais e encarregados de educação para a garantia de condições e procedimentos de apoio ao ensino à distância.

Responsáveis pela Operacionalização:

- | | |
|--|---|
| ✓ Autoridades de Gestão do PO Temático e Regionais | ✓ Direção Regional da Educação dos Açores |
| ✓ Ministério da Educação | ✓ CIM/AM |
| ✓ Direção Regional de Educação da Madeira | |

Recomendação 6. Reforço das funções do SPO.

Operacionalização:

- Criação de Grupos de Trabalho no contexto regional dos serviços de SPO e a criação de uma base digital de recursos ou materiais de avaliação e de intervenção intermunicipal/distrital;
- Continuidade dos apoios à contratação de SPO e respetiva otimização do rácio alunos/ SPO com base no estudo da eficácia dos rácios de alunos /SPO
- Reforçar a importância dos SPO no que diz respeito à sua intervenção junto dos jovens que acabam por escolher as vias vocacionais e profissionalizantes
- Apostar na multidisciplinaridade das equipas SPO, garantindo uma diversificação de técnicos com diversas áreas de expertise
- Equacionar a criação de estruturas externas à escola que realizem um trabalho ao nível local de orientação escolar e profissional com os estudantes, tendo em conta a rede escolar e não apenas cada agrupamento.
- Melhoria da eficácia das estratégias de informação e orientação vocacional, disseminando a informação da rede de ofertas e alargando as atividades junto de alunos e famílias
- Melhoria da articulação entre técnicos das escolas e da rede de equipas municipais, potenciando experiências de sucesso.
- Orientar as Escolas para a criação de programas de informação e orientação vocacional com mais intencionalidade e abrangência (preferencialmente o universo de alunos em determinado ponto do percurso escolar (por exemplo, no 8º e no 9º ano), e não apenas em resposta aos alunos que procurem os serviços)
- Investir na produção e, principalmente, atualização e utilização de recursos de suporte à orientação, e também campanhas mediáticas direcionadas para a valorização das diferentes ofertas junto do público escolar, mas também do público geral.
- Reduzir a carga administrativa e redução do trabalho burocrático associado às exigências os FEEI no caso dos SPO contratados (Registos de atividades diários, entre outros).

Responsáveis pela Operacionalização:

- | | |
|---|---|
| ✓ DGESTE/DGE/ANQEP | ✓ Direção Regional da Educação dos Açores |
| ✓ Direção Regional de Educação da Madeira | |

Recomendação 7. Apostar no investimento nos RH das escolas e reforçar a Formação de Professores e outros agentes educativos.

Operacionalização:

- Reforço dos programas de formação e oferta formativa para a formação de professores do ensino básico e secundário
- Criação de ofertas de formação contínua para a qualificação contínua dos profissionais que lecionam na educação profissional, em áreas técnicas dos respetivos cursos e em matérias pedagógicas.
- Criação de ofertas de formação para outros profissionais educativos, como o pessoal auxiliar de ação educativa.
- Alargamento do leque de ofertas disponíveis e diversificação do perfil de destinatários

Responsáveis pela Operacionalização:

- | | |
|--|---|
| ✓ Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares | ✓ Direção Regional de Educação da Madeira |
| ✓ DGAE- Direção-Geral da Administração Escolar | ✓ Direção Regional da Educação dos Açores |

Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens

Recomendação 8. Valorização da imagem da Escola e das vias vocacionais e combate ao preconceito e representações sociais negativas associadas às ofertas profissionalizantes.

Operacionalização:

- Ampla dinamização de iniciativas de informação e divulgação junto dos pais, encarregados de educação e alunos (como por exemplo o campeonato nacional de profissões).
- Contributos importantes no combate ao estigma social: divulgação de casos de sucesso, Erasmus +, recurso a meios de comunicação social.
- Campanhas segmentadas para pais e alunos, TV, Rádio, Internet, Outdoors, Transportes públicos, Redes sociais, “Influencers”, ...
- Maior orientação dos SPO para o combate ao estigma social associado às vias profissionalizantes,
- Lançamento de programa de requalificação das infraestruturas e equipamentos
- Promoção da oferta de cursos profissionais em todas as escolas públicas.
- Revisão do vínculo e estatuto profissional dos docentes do ensino profissional (reconhecidos como professores e não formadores pelo sistema).

Responsáveis pela Operacionalização:

- ✓ Direções Regionais de Educação (Continente, RAA e da RAM)
- ✓ ANQEP

Recomendação 9. Criação de Estratégias de proximidade à comunidade e famílias.

Operacionalização:

- Desenvolver um efetivo trabalho de equipa, em cooperação entre alunos, pais e encarregados de educação, professores/auxiliares/educadores, Escolas/Agrupamentos, Municípios e outras entidades ligadas à área da Educação.
- Fomentar a articulação entre a Autarquia e os diversos agentes da comunidade, aumentando e construindo um trabalho constante em rede e introduzindo mudanças na comunidade educativa.
- Promover continuamente processos participativos da comunidade socioeducativa
- Criação de Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família
- Criação de grupos multidisciplinares nas escolas e que incluam entre outros, elementos da Segurança social e do Ministério da justiça, para reforçar a ligação com as famílias.

Responsáveis pela Operacionalização:

- ✓ Ministério da Educação
- ✓ Direção Regional da Educação dos Açores
- ✓ Estrutura de Missão do PNPSE
- ✓ CCDR Norte, Centro, LVT, Alentejo, Algarve
- ✓ Direção Regional de Educação da Madeira
- ✓ CIM/AM

Recomendação 10. Incrementar e institucionalizar as práticas de monitorização estratégica, avaliação e demonstração de resultados.

Operacionalização:

- Realização de uma avaliação externa ao PNPSE.
- Assegurar suporte científico e técnico inerente ao planeamento de políticas socioeducativas
- Assentar os projetos ou medidas numa cultura de medição de impacto;
- Assegurar a continuidade do acesso a uma base documental de orientação estratégica – Observatórios Municipais
- Abordagens formativas/partilha de experiências centradas na melhoria dos processos de monitorização e avaliação dos Planos de ação estratégica, com evidências na criação de observatórios de qualidade;
- Dotar as estruturas técnicas das Autoridades de Gestão de orientações claras acerca dos procedimentos de cálculo dos indicadores de resultado, antecipando dificuldades e garantindo a adoção de métodos de cálculo adequados

Responsáveis pela Operacionalização:

- ✓ Autoridades de Gestão do PO Temático e Regionais
- ✓ Ministério da Educação
- ✓ Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC)
- CCDR Norte, Centro, LVT, Alentejo, Algarve